



## “Pois não tem de quem se valer senão de Vossa Majestade que é mãe das órfãs pobres honradas”. Esmolas de D. Maria I, rainha de Portugal<sup>1</sup>

“For there is no one forely on except your Majesty who is the mother of honorable orphans” Alms from D. Maria I, queen of Portugal

*Paulo Drumond Braga*<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste artigo, estudam-se alguns pedidos de esmola dirigidos em 1789 a D. Maria I, rainha de Portugal. Entre as diversas formas que os pobres tinham, na época, de obter auxílio, encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portugal. Pobreza. Petições de Pobres. Esmolas.

### ABSTRACT

This paper aims to study some requests for alms addressed in 1789 to D. Maria I, queen of Portugal. In the Early Modern Period, among the various ways that the poor had to get help, there was the request for alms, either from Misericórdias, from other brotherhoods, or from powerful individuals, namely members of the royal family. These requests were often answered positively, since aid to the poors was 192arto f the archetype of the good Christian. On the other hand, charity and assistance was complementary to other forms of salvific intercession, namely the celebration of masses and the institution of chapels.

**KEYWORDS:** Portugal. Poverty. Poor Petitions. Alms.

\* \* \*

### 1. As petições de esmola

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado no âmbito das atividades do projeto *Hospitalis – Arquitetura Hospitalar em Portugal nos Alvares da Modernidade: Identificação, Caraterização e Contextualização* (PTDC/ART-HIS/30808/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal).

<sup>2</sup> Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (Lisboa, Portugal).

Na Época Moderna, pobre era todo aquele que se achava temporária ou permanentemente privado de formas de sustento, incluindo aquele que vivia do seu trabalho porque, estando ausentes mecanismos de segurança social, a qualquer momento, por doença, velhice ou invalidez, podia cair na indigência (GUTTON, 1971, pp. 1-46; LOPES, 2000a, pp. 13-17, 35-163; LOPES, 2010, pp. 19-20; HESPANHA, 2010, pp. 233-234). Por isso há historiadores que se referem a pobreza absoluta e a pobreza relativa (CRAWFORD, 2010, p. 6). Assim sendo, muitos eram os que se viam obrigados a estender a mão à caridade.

Entre as diversas formas de obter auxílio, encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas (ROSA, 2000, pp. 460-461). A esmola era, pois, um direito dos pobres e um dever dos ricos (LOPES, 2000a, p. 68).

Fontes extremamente ricas – até porque não é muito comum conseguir ouvir-se os pobres (SEABROOK, 2015, pp. 105-109) – as petições de esmolas constituem, no dizer de Maria Antónia Lopes, um “grito de dor pungente que atravessa a espessura do tempo e o anonimato opaco da miséria e vem fender a couraça profissional do historiador. Inesperadamente, das massas silenciadas de um mundo obscuro que se adivinha mas permanece nebuloso, surgem vozes, feixes de luz que o iluminam: testemunhos ditados pelos próprios famintos” (LOPES, 2010, p. 185). Claro que, como já foi notado, os textos eram, pelo menos em parte, redigidos por outrem, mas os interessados não deixavam de ser seus coautores, fornecendo ao redator as informações necessárias (LOPES, 2010, p. 185). Só muito recentemente as petições de esmola começaram a ser trabalhadas pelos historiadores portugueses

(LOPES, 2000b, pp. 271-277, *passim*; LOPES, 2010, pp. 185-191; ARAÚJO, 2002; ARAÚJO, 2003; BRAGA, 2013b; BRAGA, 2013b; BRAGA, 2014).

## 2. As “esmolas miúdas” de D. Maria I

D. Maria I (1734-1816) foi rainha reinante de Portugal de 1777 até à sua morte, se bem, por motivos de saúde, tenha, em 1792, sido afastada da governação (BEIRÃO, 1944; RAMOS, 2007; ROBERTS, 2009; BRAGA, 2013b; BRAGA, 2020).

Recebeu, entre março e maio de 1789, 23 petições de pobres, quase todos residentes em Lisboa. Em junho do mesmo ano, a soberana despachou favoravelmente todos esses requerimentos, gastando 36\$800 reais. Esses gastos são referidos na documentação como “esmolas miúdas”.

Tratando-se de uma abordagem meramente exploratória, optei por me cingir, neste artigo, a estudar essa pequena amostragem, escolhendo aleatoriamente as 23 petições referidas entre tantas outras que jazem esquecidos num riquíssimo fundo documental do principal arquivo português (Lisboa, A.N.T.T., Casa Real, caixa 3153)<sup>3</sup>.

## 3. Quem pede esmola?

Maria Antónia Lopes escreveu: “Procurai os pobres, achareis mulheres” (LOPES, 2010, p. 153). Por isso não nos causa espanto que 19 dos peticionários em estudo fossem do sexo feminino e somente quatro do masculino.

Sabemos algo sobre os respetivos locais de residência. Seis moravam na freguesia lisboeta de S. Pedro de Alcântara, dois em cada uma das de São José e Santa Isabel e apenas um nas das Mercês, Sagrado Coração de Jesus e Santos-o-Velho. Localizei um único caso fora de Lisboa, a freguesia de Nossa

---

<sup>3</sup> Os documentos tratados no presente artigo, acham-se todos nesta mesma caixa e não estão numerados, pelo que me dispense de a voltar a citar.

Senhora da Purificação de Oeiras. Entretanto, ignoram-se os locais de residência de nove dos peticionários.

Em termos de situação matrimonial, e centremo-nos agora no caso específico do sexo feminino, havia algumas solteiras. Recorde-se que a mulher só, fosse solteira ou viúva, era por princípio desprotegida e vulnerável (SÁ, 2000, p. 460). Francisca Joaquina Rosa e Joana Paula disseram-se donzelas e igualmente o deveria ser Isabel Joaquina Rosa, órfã de pais, que tinha chegado a viver com um tio sacerdote, que posteriormente também morreu.

Já outra situação era a das viúvas. Isabel da Purificação tinha dois filhos menores e Josefa Joaquina de Meneses cinco. Domingas Joaquina era viúva de um militar que servira a Coroa e sustentava duas irmãs donzelas doentes e dois filhos menores. Provavelmente não seriam idosas. O contrário talvez se possa afirmar de Mariana Francisca e Teodora Margarida, que se disseram somente viúvas, partindo-se do princípio que não tinham filhos que as amparassem.

No estado de casadas achavam-se várias das peticionárias: Joaquina Rosa de Sousa tinha um marido doente e, a seu cargo, dois filhos menores e a mãe entrevada e doente. Maria do Carmo era casada com um soldado e mãe de dois filhos. Vicência Rosa era matrimoniada com um homem velho e doente, além de ter dois filhos menores. Provavelmente nenhuma delas seria idosa. Seguramente o mesmo se passava com Maria de Jesus, que, além de casada, especificou a particularidade de ser achar grávida de cinco meses, “sem ter o necessário para este fim”. Casadas, pois, mas não por isso menos desafortunadas, ou por uma alegada pobreza extrema, ou por os maridos já não as poderem sustentar ou então porque os meios ao dispor do casal seriam muito escassos.

Quanto aos poucos homens do universo em estudo, velho e doente diziam-se Inácio José e Pedro Machado. O primeiro tinha a seu cargo a mulher na mesma situação, o segundo esposa e filhos. Por seu turno, José de Moraes tinha servido a Coroa por mais de duas décadas. Já Pedro Tavares de Oliveira, casado e com filhos, decidiu lembrar a sua condição de seu pai, um homem que trabalhou mais de 30 anos para a casa real numa função ligada às

cavaliças. Destes quatro indivíduos, os três primeiros claramente não podiam trabalhar pela idade avançada e pela falta de saúde. Pedro Tavares de Oliveira não o explicitou, ficando a dúvida: terá apelado à generosidade régia mesmo tendo condições físicas para desempenhar algum tipo de atividade laboral?

Algumas mulheres também recordaram, em abono dos seus pedidos a D. Maria I, a condição dos respetivos parentes, sobretudo os progenitores do sexo masculino, que de alguma forma haviam servido a Coroa. Os mesmos podiam já ter morrido ou estar ainda vivos. Neste último caso, achavam-se Henriqueta Rosa, cujo pai só dispunha do seu soldo, e Mariana da Conceição, filha de um homem que era sargento há mais de 30 anos. Os progenitores de Clara Maria da Silva e Rita Rosa e um tio de Clara Francisca Barreta da Silva eram militares que tinham morrido ao serviço da Coroa.

#### 4. Velhos e doentes

Francisca Joaquina Rosa dizia-se “muito doente que não pode ganhar”. Isabel Joaquina esclareceu que a “sua vista é muito diminuída” e padecia de “multiplicadas moléstias”, tudo impedindo que pudesse “ganhar para o seu natural sustento”. Por seu turno, Joana Paula, órfã donzela, tinha “falta de vista”. Já Mariana Francisca padecia de “muitos achaques”. Teodora Margarida era “pessoa recolhida, idosa e doente”. Eram todos problemas físicos que impediam o trabalho sério e honesto, por exemplo, como costureira, cozinheira, criada de servir, escamadeira de peixe, lavadeira, vendedeira ambulante, ou quaisquer outras das atividades manuais que serviam de ganha pão a muitas mulheres portuguesas da época (REIS, 2001; SÁ, 2005, pp. 108-110).

O mesmo não acontecia com Isabel da Purificação, que se disse “sem meios do que se possa remir mais que unicamente o limite do trabalho das suas mãos por ser pessoa recolhida”. Labuta diária, pois, em atividade não especificada, mas, provavelmente pelo seu caráter informal, seguramente insuficiente para o seu sustento e de dois filhos menores.

Por outro lado, era ao marido “muito doente e velho para poder ganhar alguma coisa para sustentarem a si e dois inocentes filhos” que se referia Vicência Rosa para obter a graça régia. O mesmo fez Joaquina Rosa, casada com um homem “impossibilitado da vista”, tendo ainda a seu cargo uma mãe “entrevada e com muitas moléstias”.

Um dos poucos homens deste universo, Pedro Machado, considerou-se “pessoa muito idosa, aleijado de um braço e deitando sangue pela boca com queixa no peito”. Seria provavelmente tuberculose, a juntar a uma deficiência motora. Já Inácio José foi claro: depois de relatar a triste história da mulher, com 80 anos, entrevada em virtude de “um estupor [ou seja, um acidente vascular cerebral] que lhe deu que lhe tomou a parte direita”, acrescentou que ele próprio se achava impedido de trabalhar “para ganhar o seu sustento e para sua mulher”.

## 5. Mulheres honradas e recolhidas

De forma honrada e recolhida viviam algumas mulheres que por obra do destino se achavam sozinhas, ou por serem donzelas ou viúvas: Clara Maria da Silva, Francisca Joaquina Rosa, Henriqueta Barbosa, Isabel da Purificação, Mariana Francisca e Teodora Margarida. O mesmo disseram as casadas Maria de Jesus e Maria do Carmo. Numa época em que a honra feminina era um valor fundamental e que a mesma dependia de um comportamento moralmente irrepreensível (LOPES, 1989, pp. 21-25, 174-178), o “exemplar procedimento”, para nos servirmos das palavras de uma destas mulheres, tornava-se indispensável para alcançar a tão desejada benesse. Qualquer suspeita em contrário deitaria, inevitavelmente, tudo a perder, fazendo indeferir o pedido a D. Maria I.

## 6. “Sumamente pobre”.

Assim se definiu Maria da Glória. Por outro lado, Ana Rita “se vê no estado de não poder pagar as casas em que vive”, solicitando a D. Maria I que

lhe acudisse com o pagamento da referida renda. Algo não muito diferente se passava com Clara Francisca Barreta, a quem já haviam feito penhora pela renda de casa não satisfeita “e lhe levaram os parques bens que tinha sem lhe ficar nada”. Brevíssimas achegas para uma história ainda em grande parte por fazer, a do arrendamento de casas de habitação na Lisboa pós-terramoto de 1755 (ACCIAIUOLI, 2015, pp. 88 -103). Já Isabel Joaquina Rosa, órfã de pais, sem ninguém que a amparasse, não dispunha de dinheiro nem para pagar “um pobre e limitado hospício donde se acolha”.

Algumas das peticionárias de esmola aludiram à falta de roupa. Foi o caso de Joana Paula, que disse “não ter com que ir ouvir missa toda esta quaresma”, e de Mariana da Conceição, que “deixa de ir à missa porque seu pai não tem para lhe poder dar”. Apelo mais do que evidente: havia que cumprir as obrigações de uma boa cristã, mas para isso tinha que se dispor de roupa em condições mínimas.

## 7. Tentar convencer D. Maria I

Para obter a esmola tão desejada, alguns dos peticionários recorreram a diferentes tipos de argumentação. Uma delas foi invocar aspetos relacionados com o divino. Clara Barreta da Silva, Domingas Joaquina, Inácio José, Isabel Joaquina Rosa, Joana Paula, Josefa Joaquina, Pedro Tavares de Oliveira, Rita Rosa e Teodora Margarida, cujas solicitações a D. Maria I datam do período quaresmal, aludiram à paixão e à ressurreição de Cristo. Por seu turno, Francisca Joaquina Rosa, Mariana da Conceição e Vicência Rosa, invocaram o Sagrado Coração de Jesus, provavelmente por o saberem uma das principais devoções da soberana (SALDANHA, 2008; BRAGA, 2013b, pp. 51-53). Clara Maria da Silva e José de Morais fizeram os seus pedidos em nome da Virgem Maria. Finalmente, Maria da Glória e Pedro Machado rogaram pelo amor de Deus.

Por outro lado, quase todos os peticionários prometeram, se lhes fosse dada a desejada esmola, rezar pela família real portuguesa. As exceções foram Ana Rita, Clara Barreta da Silva, Joana Paula, José de Morais e Pedro

Tavares de Oliveira. É evidente que tudo isto se prendia com um formulário mais ou menos estereotipado dos pedidos, que, como anteriormente recordei, muitas vezes nem sequer eram redigidos pelos requerentes.

## 8. As esmolas

Antes de esmolar estes desvalidos da fortuna, alguém por D. Maria I assegurou-se que eram verdadeiras as alegações feitas. O cura da Ajuda, os coadjutores das freguesias das Mercês e de Santa Isabel, os priores de S. José, de S. Pedro de Alcântara e de Santos-o-Velho e o pároco de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras, atestaram, em todos os casos, que se tratava de mulheres e de homens efetivamente necessitados. Por exemplo, o prior de S. José considerou Josefa Joaquina de Meneses “sumamente pobre e padece de muitas necessidades e de bom e honesto procedimento e recolhida”, enquanto que o prior de S. Pedro de Alcântara aludiu ao “honesto e católico procedimento” de Pedro Machado. Assim sendo, a rainha decidiu favorecer as 23 pessoas que se lhe colocaram aos pés.

1\$600 foi a quantia padrão entregue a cada um dos petiçãoários. As exceções foram duas mulheres que receberam 2\$400 reais: Clara Maria da Silva, donzela órfã, “muito pobre”, filha de um homem que morreu ao serviço da Coroa, e Rita Rosa, cujo pai era um capitão de infantaria igualmente caído em funções, que se disse “em tanta pobreza com duas filhas sem meios alguns de as poder sustentar”. Afinal, não se tratava de casos mais graves do que os que somente receberam 1\$600. Teria o maior valor tido quer ver com a especificidade dos tais serviços prestados à Coroa? Mas, neste caso, por que não ter destinado a mesma quantia a outras pessoas em circunstâncias muito idênticas?

## 9. Para que serviam 1\$600 reais?

1\$600 reais davam, na Lisboa de 1789, para adquirir algo em termos de produtos alimentares. Se o beneficiado pela benevolência de D. Maria I

adquirisse um quilo de carne de carneiro, um sargo, um litro de cevada e outro de milho para fazer pão e ainda um litro de vinho (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>), tudo produtos mais ou menos básicos na dieta alimentar da época (FERRO, 1996; BRAGA, 2000), e se lhe juntasse um quilo de sabão e outro de velas de cera (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>)<sup>4</sup>, gastava mais de metade da quantia da esmola. É claro que importa ter em linha de conta variáveis como o número de bocas a alimentar e o tempo que duravam cada um dos bens. Convém ainda não esquecer que a esmola era mensal e nada garantia que se repetisse no mês seguinte. Havia, por isso, que a rentabilizar.

Para se ter uma ideia do que representariam para D. Maria I os 36\$800 reais que gastou com estes pobres, recordem-se alguns dos seus outros gastos nesse mesmo mês de junho de 1789: só entre os dias 21 e 27, a soberana pagou 218\$400 reais a comedorias de criados ao seu serviço, como moços de estribeira, moços da cocheira, moços da mantearia e ferradores. Nessa mesma semana, despendeu 131\$930 reais a pagar carpinteiros, pintores e trabalhadores das obras de uma das principais residências da família, a “real barraca” da Ajuda. É ainda interessante recordar os 74\$300 despendidos com a armação da cama de D. Carlota Joaquina - nora da rainha, casada com o príncipe herdeiro, o futuro rei D. João VI - e os 45\$000 reais em 300 chapéus agaloados, eventualmente para D. Maria I e algumas outras pessoas de família.

## Em conclusão

Com o panorama aqui apresentado, o historiador vê-se confrontado com pungentes histórias de vida, que jaziam há mais de dois séculos no silêncio do principal arquivo histórico português. Ficámos a conhecer algo sobre 23 homens e mulheres que entenderam ter de estender a mão à caridade de D.

---

<sup>4</sup> Na época, estes e outros produtos eram, obviamente, vendidos com base nos pesos então vigentes, por exemplo, os cereais em alqueire, a carne de carneiro em arráteis, o vinho em almudes, o sabão e as velas de cera em arráteis. O sorgo, tal como outros peixes, era disponibilizado à unidade. Para facilitar a compreensão dos dados, optei por converter tudo ao sistema métrico decimal.

Maria I. Como tantos outros, neste e em outros tempos, em Lisboa ou fora dela, tiveram a sorte de beneficiar da graça de alguém que, possuindo muito, entendeu, seguramente pelos motivos não totalmente altruístas que anteriormente se explicitarem, dever ajudar quem pouco ou nada tinha. E os 36\$800 reais entregues a 19 mulheres e a quatro homens em junho de 1789, foram uma gota de água para a rainha de Portugal, mas fizeram seguramente a diferença para quem os recebeu. Talvez a diferença entre ter ou não o que comer.

## Referências

### Fonte manuscrita

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Casa Real, caixa 3153

### Fonte digital

*Prices, wages and rents in Portugal. 14th-20th centuries.* <http://pwr-portugal.ics.ul.pt> [acedido 3 de junho de 2020].

## Estudos

ACCIAIUOLI, Margarida. 2015. *Casas com escritos*. Uma história da habitação em Lisboa. Lisboa: Bizâncio.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. 2002. “Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança”. *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), Braga, p. 103-123.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. 2003. *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

BEIRÃO, Caetano. 1944. *D. Maria I. 1777-1792*. Subsídios para a revisão da história do seu reinado. 3.<sup>a</sup> edição, com novos aditamentos e correções. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. 2000. *Portugal à Mesa. Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade. 1800-1850*. Lisboa: Hugin.

BRAGA, Isabel Drumond, 2014. “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”. *Revista Tempo*, vol. 20, Niterói, p. 1-19.

BRAGA, Paulo Drumond, 2013a. “Os pobres dos ‘Meninos de Palhavã’. Esmolas para gentes de Lisboa”, *Lusíada. História*, n.º 9 / 10, Lisboa, p. 145-156.

BRAGA, Paulo Drumond. 2013b. *O rei esquecido. D. Pedro III (1717-1786)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BRAGA, Paulo Drumond. 2020. “*Uneasy lies the head that wears a crown: D. Maria I, a princesa que não queria ser rainha*”. In ASSIS, Angelo Adriano Faria de, MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça, MATEUS, Susana Bastos, MATOS, Yllan de Mattos (Org.). *Estruturas e Vivências na Modernidade: Sefarditas, Intelectuais, Religiosos e Inquisição*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, p. 159-169.

CRAWFORD, Patricia. 2010. *Parents of Poor Children in England. 1580-1800*. Oxford: University Press, Oxford.

FERRO, João Pedro. *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

GUTTON, Jean-Pierre. 1971. *La société et les pauvres. L'exemple de la généralité de Lyon*. Paris: Les Belles Lettres.

HESPANHA, António Manuel. 2010. *Imbecilias. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume.

LOPES, Maria Antónia. 1989. *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Maria Antónia. 2000a. *Pobreza, assistência e controlo social*. Coimbra (1750-1859). vol. I, Viseu, Palimage.

LOPES, Maria Antónia. 2000b. *Pobreza, assistência e controlo social*. Coimbra (1750-1859). vol. II, Viseu, Palimage.

LOPES, Maria Antónia. 2010. *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RAMOS, Luís de Oliveira. 2007. *D. Maria I*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

REIS, Maria de Fátima. 2001. “A mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII”. In *A mulher na História. Actas dos colóquios sobre a temática da mulher (1999/2000)*. Moita: Câmara Municipal da Moita, p. 203-214.

ROBERTS, Jenifer. 2009. *The madness of Queen Maria*. The remarkable life of Maria I of Portugal. Langley Burrell: Templeton.

ROSA, Maria de Lurdes. 2000. “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*. vol. I. Círculo de Leitores: Lisboa, pp. 423-510.

SÁ, Isabel dos Guimarães. 2001. “Pobreza”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III. Círculo de Leitores: Lisboa, pp. 456-461.

SÁ, Isabel dos Guimarães. 2005. “O trabalho”. In LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.). *História Económica de Portugal. 1700-2000*. vol. I. Lisboa. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. pp. 93-121.

SALDANHA, Sandra Costa, 2008, *A Basílica da Estrela*. Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus. Lisboa: Horizonte.

SEABROOK, Jeremy. 2015. *Pauperland*. Poverty and the poor in Britain. Londres: Hurst & Company.

Recebido em 31 de outubro de 2020.  
Aprovado em 18 de janeiro de 2021.